



Ao décimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte quatro, às 10h horas, reuniu-se a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul - COETRAE-RS, em formato online, por intermédio de videoconferência na plataforma Microsoft Teams. Estavam presentes Wellington Xavier (SJCDH); Simone Ambrozio (SJCDH); Lucilene Pacini (SRTB/RS); Pedro Kenne (MPF/RS); Charles Kuhn (TRT4); Franciele D'ambros (MPT/RS); Sérgio Poletto (FETAR/RS); Cristina Dal Sasso (OAB/RS); Patrícia Tolotti (SSP); Claudete Rissini (Irmãs Scalabrinianas); Diocela Gonçalves (SDR/RS); Ir. Jackeline Danette (Irmãs Scalabrinianas); Claudia Dutra (CODENE); Ana Paula Baggio (SEDUC); Izane Mathos (CTB); Andreia Gnoatto (SES); Flavia Helena Reis (PGE/RS); Roberto dos Santos (OAB/RS); Manuel Cid Jardon (TRT4). Wellington Xavier (SJCDH) inicia a reunião saudando os presentes e informa as pautas que serão discutidas na reunião. **1. Informes:** Wellington Xavier (SJCDH) informa que a Semana do Migrante será realizada online na terceira semana de junho. O cronograma será divulgado no grupo da COETRAE. Simone (SJCDH) fala sobre o evento “Central Cidadania”, organizado pelo Departamento de Justiça, que ocorrerá de 17/06 a 23/06 no estacionamento do Shopping Total em Porto Alegre oferecendo serviços de reconstrução e regularização documental para a população afetada pela enchente e contará com a participação de várias instituições. Pedro (MPF/RS) anuncia que, em maio de 2024, foi implementado um plano no âmbito do Ministério Público Federal (MPF) que agora contará com uma unidade nacional de combate ao tráfico de pessoas e migrantes. Serão quatro ofícios exclusivos para essa matéria, localizados em Porto Alegre, Brasília, São Paulo e Belo Horizonte. **2. Panorama sobre os impactos do contexto de calamidade pública no RS nos órgãos/instituições da rede de atendimento às vítimas de TAE, e suas condições atuais de funcionamento:** Wellington (SJCDH) relata que o espaço físico da SJCDH, foi alagado e não há previsão de retorno, de modo que estão trabalhando em home office. Ele informa que estava trabalhando na questão do Observatório, mas devido às enchentes, o Departamento de Justiça redirecionou as prioridades emergenciais para a migração e a documentação básica. Sobre o Observatório, Wellington (SJCDH) observa não haver indicativo de como os produtos estratégicos do governo se desdobrarão no momento. A verba para execução até o final do ano é incerta, já que as prioridades mudaram devido à enchente. Ele comunica que a diretora Viviane (SJCDH) participará de uma reunião com outros diretores para discutir como ficará a questão dos projetos estratégicos. Lucilene (SRTB/RS) relata que o prédio da Superintendência também foi alagado. Quanto à fiscalização do trabalho, menciona um resgate em Taquara envolvendo três trabalhadores e que não foi possível emitir o seguro-desemprego para dois desses trabalhadores devido à falta de documentos, principalmente o CPF, imprescindível para a emissão. Relata também que houve o resgate de 32 trabalhadores na colheita de maçã em Vacaria. Além disso, está em análise um caso de uma trabalhadora doméstica em Novo Hamburgo, assim como outro em Porto Alegre. Quanto à fiscalização, com o início da catástrofe, a orientação foi suspender os atos de fiscalização, salvo em situações de risco grave iminente e casos de trabalho escravo. Andreia (SES) apresenta um panorama dos danos nas unidades de saúde devido à enchente, destacando que 182 municípios reportaram danos



em 673 estabelecimentos e que 27 desses estabelecimentos estão fechados por falta de acesso e de profissionais, totalizando 690 unidades de saúde afetadas pelo desastre. Sérgio (FETAR/RS) complementa que os trabalhadores resgatados em Vacaria eram de diversos estados, sem carteira assinada, e remunerados com álcool e drogas. Pedro (MPF/RS) menciona que não há previsão de retorno ao prédio do MPF e que as atividades civis continuaram, já as atividades criminais funcionaram no modo de emergência, devido à queda dos sistemas. Wellington (SJCDH) sugere buscar outras regiões de Porto Alegre não afetadas pela enchente para realizar o seminário. Claudia (CODENE) destaca que as ações prioritárias da CODENE focaram nas comunidades quilombolas, matriz africana e na comunidade negra em geral, incluindo a distribuição de 18 mil cestas básicas em parceria com MDS, MDA e CONAQ/RS. Ana (SEDUC) relata que as escolas públicas estaduais estão focadas em acolher estudantes, servidores e professores com suporte psicossocial. A SEDUC lançou a campanha "Mochila Cheia" para doação de livros e materiais escolares e estão realizando uma busca ativa dos estudantes nos abrigos. Das 2338 escolas estaduais, 1090 foram atingidas pela enchente, com 74 precisando de reconstrução completa. O retorno às aulas depende da situação de cada escola. Charles (TRT4) informa que o prédio da Justiça do Trabalho foi afetado e o sistema PJ, responsável pela tramitação dos processos, está fora do ar. Ele destaca a necessidade de uma sistemática de coleta antecipada de provas, especialmente para casos de trabalho escravo. Também destaca a preocupação em evitar contaminação ou quebra de fluxo nas investigações. Ele menciona que a administração está em fase de projeto para estabelecer a justiça itinerante, buscando recursos federais para viabilizá-la. Franciele (MPT/RS) diz que a estrutura do MPT não foi prejudicada e que estão destinando recursos para minimizar os impactos das enchentes. Ela destaca que entidades podem cadastrar projetos no site do MPT para análise de contemplação, incluindo recursos para comunidades quilombolas. A mesma coloca o auditório do MPT na sede da Carlos Gomes disponível para a realização do seminário caso seja necessário. Izane (CTB) informa que a CTB trabalhou na arrecadação de doações e distribuição de marmitas. Ela comenta que o fórum das centrais sindicais elaborou 14 solicitações em apoio aos trabalhadores afetados, incluindo dentre elas a proposta de um salário emergencial. Pedro (MPF/RS) sugere a Charles (Juiz do Trabalho) a possibilidade de registrar audiovisualmente os depoimentos para uso em sede criminal. Charles (TRT4) responde que na Justiça do Trabalho, apenas em casos específicos, os depoimentos são registrados por vídeo. Cristina (OAB) fala sobre a importância de políticas públicas para implementar ações preventivas que amparem pessoas em situação de vulnerabilidade e conscientizem sobre os recursos disponíveis nos poderes públicos. Ela também menciona a necessidade de proteção específica para aqueles que denunciam condições de trabalho análogas à escravidão. Lucilene (SRTB/RS) alerta que, após a enchente, haverá muitas situações de trabalho precário e degradante. Em Lajeado, empresas de fora estão recrutando trabalhadores de municípios afetados para trabalhar em outros estados, o que pode levar ao resgate de trabalhadores gaúchos fora do estado, algo incomum. Ela enfatiza a importância de campanhas de conscientização para trabalhadores que buscarão oportunidades em outros estados. **3. Revisão do cronograma da COETRAE-RS para 2024:** Wellington (SJCDH)



apresenta um panorama das ações planejadas para cada mês, destacando algumas que estão paralisadas devido a impedimentos. Sobre a formação de provas, ele ressalta a necessidade de estimar o período de realização e explicar a participação de cada instituição. Lucilene (SRTB/RS) afirma que é fundamental que a rodoviária esteja funcionando e sugere realizar a ação na primeira quinzena de agosto. Cristina (OAB) pergunta se a Comissão de Direitos Humanos da OAB pode participar da capacitação sobre avaliação de provas, pois a Comissão recebe demandas de pessoas resgatadas. Wellington (SJCDH) responde que, ao conseguir um espaço maior para o seminário, a OAB pode indicar colegas para participar. Ele sugere a data de 15 de agosto para o evento e todos concordam. **Vencidos os pontos de discussão, encerrou-se a reunião.**